

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Os Batistas e a abertura política pelas páginas do “O Jornal Batista”

ADRIANO HENRIQUES MACHADO*

“Evidentemente somos contra qualquer espécie de ditadura; somos contra prisões arbitrárias, somos contra torturas; somos contra a sub-vida de muitos trabalhadores. Somos contra porque procuramos aplicar a regra áurea ensinada por Jesus Cristo, a regra do amor; somos contra porque desejamos ver o amor dirigindo e orientando todas as ações dos homens.” (PEREIRA, 1980b: 3)

Tornou-se comum e corrente nos discursos proferidos pelos membros de diversas igrejas, em especial nas cristãs, o uso de algumas palavras e expressões, tais como: a defesa do amor cristão, do bem comum, da justiça, dentre outras. Também é de uma imensa naturalidade que os pronunciamentos e textos que proclamam o pensamento dessas instituições e dos seus membros em geral expressem: a defesa da liberdade (em especial dos cristãos, de suas práticas e doutrinas), a democracia em oposição às ditaduras (principalmente quando estas limitam as liberdades religiosas) e também o amor aos mais sofridos e pobres, e às vezes até a defesa destes.

Esses “princípios abstratos” normalmente regem e permeiam os discursos das diversas religiões cristãs existentes, entretanto, eles só se tornam reais quando expressados através de uma coerência entre sua teoria e ação prática, ou seja, quando são confrontados com a realidade de um determinado contexto específico. Como se pode observar na citação acima, retirada de um editorial do “O Jornal Batista” (OJB) de 1980, estes princípios abstratos são plenamente contemplados, pois se verifica claramente: a defesa do amor cristão como balizador das ações dos homens; a liberdade em oposição às ditaduras, às prisões arbitrárias e às torturas; e o amor aos pobres e sofredores, no que se refere à condição de “sub-vida” dos trabalhadores.

Partindo disso, este trabalho busca analisar como os batistas brasileiros, ou mais precisamente o grupo que controlava o seu principal jornal posicionou-se e atuou para com a abertura política brasileira, em fins dos anos 1970 e início dos 1980. Além de tentar compreender de que forma esses “princípios abstratos”, citados no editorial acima, foram elaborados, justificados, resignificados ou até negados no período em questão.

Os batistas brasileiros: características e atuação sócio-política

* Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista: CAPES.

2

Os batistas surgiram dentro do processo de reforma religiosa ocorrido na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII, tendo como uma de suas principais características, a sua forma de batismo, o qual ocorre por imersão e apenas em adultos. Contudo, os batistas brasileiros tiveram origem no protestantismo norte-americano, mais especificamente na Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, da qual, ao longo do século XX, o grupo nacional manteve importantes laços de cooperação, seja com a vinda de missionários ou mesmo com apoio financeiro.¹

Dentre as diversas características que marcaram a trajetória dos batistas brasileiros, pode-se destacar a sua atuação evangelizadora; e no aspecto religioso-institucional, um forte anticatolicismo e uma posição anti-ecumênica até mesmo para com as demais igrejas oriundas do protestantismo de missão norte-americano, tais como os metodistas e presbiterianos. Esses posicionamentos são explicados, em parte, pela influência nos batistas brasileiros da corrente teológica radical chamada de “landmarkismo”. Essa linha, surgida nos Estados Unidos na primeira metade do século XIX, proclamava que os batistas constituíam o grupo religioso que representava uma continuidade das primeiras comunidades apostólicas, logo, nessa teologia, os batistas tinham os seus princípios e doutrinas ligados de forma genuína com as primeiras comunidades dos apóstolos de Jesus, por isso representavam a verdadeira Igreja de Cristo.²

Porém, mais importante do que compreender as características e a teologia dos batistas como algo abstrato e imutável, busca-se aqui analisar como elas foram pensadas, discutidas e reelaboradas pelos batistas brasileiros no período estudado por este artigo. Dessa forma, compactuo com o pensamento do historiador Lyndon de Araújo Santos para quem os protestantes e suas denominações não podem ser analisados pela história de maneira totalizante, abstrata ou de forma homogênea, mas sim como sujeitos, grupos e instituições que apresentam uma grande multiplicidade de pensamentos e ações dentro de cada processo sócio-histórico, como demonstra

¹ O trabalho de Edilson Soares de Souza (2008: 81-83) apresenta de forma esclarecedora como os batistas brasileiros recebiam apoio financeiro dos norte-americanos, mostrando que entre 1974 e 1985, em média 26% dos investimentos feitos pela Convenção Batista Brasileira (CBB) eram originários de remessas de batistas estadunidenses.

² Sobre o movimento e a teologia “landmarkista” ver: AGUILERA, José Miguel Mendonza. **Um Povo Chamado Batista**: um jornal (OJB) a serviço da formação de uma mentalidade religiosa (1960-1985). 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1988, p. 28-33; e AZEVEDO, Israel Belo de. **A celebração do indivíduo**: A formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba: UNIMEP; São Paulo: Exodus; 1996, p. 128-130.

3

a seguir: “Entendemos que tanto protestantismo como modernidade não foram entidades que pairaram acima das situações sociais concretas, antes se mostravam através das instituições, dos discursos, dos enunciados e dos agentes sociais.” (SANTOS, 2008: 184)

Os batistas, que tiveram a chegada dos primeiros missionários em solo brasileiro em finais do século XIX, no período abarcado pelo artigo constituía-se como o maior grupo protestante de origem missionária, com mais de 500 mil fiéis e quase três mil igrejas, e a segunda maior denominação evangélica do país, atrás apenas da pentecostal Assembléia de Deus.

Como forma de governo, os batistas adotam o modelo congregacional, quando cada igreja é autônoma e organiza-se de forma democrático-representativa. Porém, é comum que essas igrejas se reúnam em associações e convenções. No Brasil, a maior e mais antiga dessas organizações é a Convenção Batista Brasileira (CBB), que tem como seu órgão máximo a sua Assembléia anual, a qual objetiva tomar decisões e traçar planos para a Convenção, que são colocados em prática através de um Conselho Executivo e por meio de diversas entidades, que recebem o nome de Juntas. Exemplo disso é o próprio O Jornal Batista, o qual é publicado pela Junta de Educação Religiosa e Publicações (JUERP), vinculada e subordinada à CBB.

As igrejas batistas associam-se às Convenções regionais, estaduais ou nacionais de forma voluntária, e como cada congregação é autônoma, mesmo as deliberações tomadas no plenário das Assembléias não são compulsórias, ou seja, as igrejas possuem liberdade de acatar ou não essas decisões, devido ao princípio de autonomia de cada congregação local. Entretanto, diversos estudiosos apontam, que apesar do modelo de organização congregacional e da associação voluntária entre elas, os batistas brasileiros em geral possuem uma grande coesão e identidade doutrinária, religiosa e institucional, devido principalmente à formação dos pastores em seminários batistas, bem como a utilização de suas publicações periódicas.

Contudo, para a análise das instituições e dos próprios batistas, acredito que independente de sua forma de organização ou pensamento doutrinário, as mesmas devem ser compreendidas como formadas por diversos sujeitos, com diferentes pensamentos e posicionamentos, que se articulam em grupos, os quais disputam sua hegemonia, ou seja, a instituição por mais coesa ou

4

hierárquica que possa parecer é sempre permeada por tensões, divergências e variados pontos de conflito.³

O Jornal Batista, que é a principal fonte de discussão deste artigo, surgiu em 1901, sendo mais antigo que a própria Convenção, da qual se tornou o seu órgão oficial a partir de 1909. No período analisado era o principal veículo de comunicação dos batistas brasileiros e intitulava-se como o único jornal evangélico produzido semanalmente na América Latina. Possuía uma abrangência nacional, como é possível constatar a partir das notícias enviadas e publicadas, bem como pela origem dos seus colaboradores, os quais pertenciam aos mais diversos estados brasileiros, com destaque para aqueles em que os batistas tinham uma maior penetração, como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

Contudo, antes de adentrar na relação do “O Jornal Batista” e seus posicionamentos frente a alguns eventos do período de abertura política, torna-se importante demonstrar de forma breve como os batistas brasileiros colocaram-se no cenário político nacional durante o início dos anos 1960, frente ao golpe militar e aos primeiros anos de ditadura.

Analisando “O Jornal Batista”, o cientista da religião José Miguel Mendonza Aguilera, em sua dissertação de mestrado “Um povo chamado batista”, aponta que no período anterior a 1964 as páginas do periódico foram marcadas por um grande debate acerca da Missão Social da Igreja e das reformas sócio-estruturais que estavam na pauta política da sociedade da época.

De um lado estava o grupo contrário à discussão e participação dos batistas nos movimentos sócio-políticos que estavam em pauta na sociedade brasileira, o qual dizia que essa participação estava marcada pelo viés da luta de classes e pela infiltração comunista, que buscava desvirtuar a missão espiritual da Igreja; e constituía portanto, uma ameaça ao povo brasileiro, à democracia e às próprias igrejas.

De outro lado, emergia o grupo vinculado ao Movimento Diretriz Evangélica, iniciado ainda nos anos 1940, que defendia um maior envolvimento e atuação dos batistas para com os problemas sócio-políticos do país, a necessidade de reformas estruturantes na sociedade brasileira e uma discussão mais aprofundada acerca da Missão Social da Igreja, com destaque para a figura

³ Essa forma de análise tem como influência as interpretações de pensadores vinculados à Nova Esquerda Inglesa, com destaque nesse caso para a obra de Raymond Williams “Marxismo e Literatura”.

5

do pastor David Malta do Nascimento. Grupo esse, que se articulava através de colunas no “O Jornal Batista”, em outros jornais e revistas evangélicas, além de possuir um programa radiofônico no Rio de Janeiro.

O momento de maior força, penetração e projeção desse grupo parece ter ocorrido em 1963, quando depois de uma reunião da qual participaram mais de 200 pastores batistas na cidade de Vitória, no Espírito Santo, a Ordem dos Ministros Batistas do Brasil lançou o “Manifesto dos Ministros Batistas do Brasil”. Nesse documento endereçado à Nação Brasileira e à Denominação Batista, que inclusive foi publicado na primeira página do OJB, os pastores batistas, dizendo-se inspirados nos profetas bíblicos e no próprio Evangelho de Cristo, defendiam que os membros das igrejas deveriam assumir a responsabilidade de como cristãos, atuarem efetivamente na vida política do país. Além disso, apregoavam a necessidade de reformas estruturais na sociedade brasileira, as quais possibilitassem o atendimento às aspirações e necessidades do povo, tais como: a reforma agrária, eleitoral, administrativa e da previdência social. Os quais chegam no documento a proclamarem pelo banimento da “[...] exploração do homem pelo homem ou pelo Estado, em qualquer das suas formas, e os totalitarismos de toda espécie, assegurando-se a prática da verdadeira democracia.” (ORDEM..., [1963])

Entretanto, todo esse debate e efervescência em torno da participação dos batistas nas questões sócio-políticas e em relação à Missão Social foram abruptamente interrompidos com o golpe de 1964 e o enrijecimento da postura da CBB sobre essas temáticas. Conseqüência visível desse posicionamento foi o que ocorreu no próprio OJB, o qual passou a ter um novo editor em maio de 1964, poucos dias após o golpe. O novo editor rapidamente acabou com qualquer discussão a respeito dessas temáticas, com o banimento e a “censura” das colunas e artigos que tratavam dessas questões, como por exemplo com a eliminação da coluna “Diretriz Evangélica”.

Com relação ao golpe propriamente dito, o novo editor José dos Reis Pereira, em doze de abril de 1964, no editorial “Responsabilidade dos crentes nessa hora”, além de demonstrar qual o posicionamento do jornal sobre o fato ocorrido, já indicava qual seria o comportamento do periódico para com o novo tempo sócio-político que se sucedia:

A responsabilidade do povo de Deus aumentou agora. Estamos certos, por exemplo, de que Deus atendeu às orações incessantes de seu povo pela pátria. Porque o que aconteceu agora e, sob certos aspectos, verdadeiro milagre. Quando tudo parecia turvo,

6

[...] tudo se esclareceu e viu-se, por exemplo, que as forças armadas brasileira, não estavam tão infiltradas como se supunha; que a indisciplina não tinha dominado os quartéis, e que o regime democrático pode confiar nos seus defensores. Um milagre de Deus, atendendo às orações de seu povo. É o que cremos. [...] A vitória da democracia, o restabelecimento do respeito à constituição, o crédito de confiança dado do Congresso Nacional, tudo isso, significa para nós, crentes, oportunidade. Não será agora que se vai estabelecer censura e limitação da liberdade no Brasil. Mas que tal hora nunca chegue. (PEREIRA, 1964: p. 3 apud AGUILERA, 1988: p. 158)

A parte do editorial destacada acima é muito clara a respeito do posicionamento do jornal sobre o acontecimento e seus possíveis desdobramentos para o grupo evangélico. Primeiramente, o editorial compreende o golpe civil-militar de 1964 como um milagre de Deus, que havia ocorrido em decorrência das orações feitas pelo seu povo, sendo as forças armadas vistas como ordeiras e defensoras do regime democrático, em oposição à ameaça comunista que se infiltrava em diversos grupos e organizações. Entretanto, o mais interessante é o fato do editorialista destacar que com esse episódio o povo de Deus tinha sua responsabilidade aumentada e mais do que isso, constituía-se num período de oportunidade para os crentes.

O autor do texto acima não explicita de forma clara o que seria essa “oportunidade” que o golpe abria para os crentes. Porém, nos primeiros anos do período autoritário, além de um aumento no caráter evangélico dos batistas, com a criação de grandes Campanhas Nacionais de Evangelização, o que se percebe é um apoio e estreitamento na relação do grupo dominante dos batistas para com os governos militares. Essa relação dava-se através da troca de visitas entre os batistas e as autoridades político-militares do período, com a presença destes em cultos e eventos promovidos pelos batistas, e mais do que isso, muitos batistas passaram a ocupar importantes cargos no governo, seja com nomeações em cargos políticos, em áreas do funcionalismo público, nas forças armadas e até em órgãos da repressão, os quais iam desde o nível municipal até federal.⁴

No “O Jornal Batista” esta relação entre batistas e governo militar expressava-se através da defesa da “Revolução de 1964” que havia trazido harmonia, tranqüilidade e progresso para a

⁴ Sobre a relação entre batistas, militares e a política num local específico, no caso o estado da Bahia, ver a dissertação: ALMEIDA, Luciane Silva de. **“O comunismo é o ópio do povo”**: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

7

nação brasileira; com o anúncio e a saudação de feriados cívicos nacionais, dos quais muitos recebiam cultos de Ação de Graças, além de fotos e até artigos apresentando e homenageando os presidentes-ditadores e os feitos conseguidos em seus governos.

Os batistas não foi o único grupo religioso que teve boa parte de seus membros a apoiar o golpe militar de 1964 e os primeiros anos dos governos militares, pois o mesmo pode ser visto entre outros grupos evangélicos, como presbiterianos, metodistas e entre os próprios católicos.⁵ Contudo, o objetivo deste artigo é buscar compreender como os batistas posicionaram-se frente à abertura política brasileira, momento esse em que o governo militar passava por diversas crises de legitimidade e por um forte crescimento das forças oposicionistas, no que se desenhava uma nova conjuntura política na sociedade brasileira, com a emergência de novos grupos e atores políticos.

Os batistas e a abertura política brasileira

A abertura política é o longo processo de transição que marcou o fim da ditadura civil-militar brasileira e levou o país ao retorno da ordem democrática. Para compreender o posicionamento dos batistas, ou melhor, do “O Jornal Batista” sobre esse processo, torna-se necessário analisar como o periódico colocou-se frente a eventos-chaves e significativos desse período, sendo eles: a anistia, as greves do ABC paulista, o movimento das Diretas Já, a relação com as atitudes dos governos militares, bem como a compreensão geral desse contexto.

Na segunda metade dos anos 1970, um dos grandes movimentos de oposição ao regime ditatorial girou em torno da questão da Anistia, com a criação de diversos comitês e a realização de passeatas e comícios em várias partes do país que defendiam uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” para todos àqueles que tinham sido perseguidos pela ditadura, temática esta que ganhou importante discussão na sociedade brasileira de então.

⁵ Uma visão geral sobre a relação entre os evangélicos, o golpe de 1964 e os governos ditatoriais pode ser encontrada nos seguintes textos: CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e golpe militar de 1964. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, n. 334, ano 26, p. 23-31, 2004; e SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; FILHO, Oswaldo Munteal (Orgs.). **A Ditadura em debate: estado e sociedade nos anos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 151-182.

8

A respeito disso, “O Jornal Batista” praticamente ignorou a temática, seja em seus editoriais ou nos seus artigos. Um único artigo sobre o assunto tratava a questão de forma indireta, ou melhor, de forma teológico-espiritual. No artigo intitulado “Anistia” do pastor Gastão Pache de Faria, publicado em agosto de 1979, no mesmo mês em que a lei da Anistia foi promulgada, o religioso explica o que significa o termo anistia, diz que o Brasil está passando por um processo de anistia de presos e exilados políticos, mas a temática principal da reflexão tratava da Anistia que Deus oferece aos pecadores. Essa anistia seria geral, profunda e eterna na sua duração e a única capaz de trazer paz, perdão e de transformar a vida dos anistiados, e que apesar disso, muitos a rejeitavam.

Essa omissão do debate pode ser analisada de diversas formas. Numa explicação mais simplista poder-se-ia dizer que esse silêncio seria fruto da separação e mesmo distanciamento da religião das preocupações terrenas e políticas, pois esta deveria se voltar apenas para as questões espirituais. Nessa linha de raciocínio, o artigo citado acima demonstra como isso ocorria na prática, ou seja, apesar de saber o que é anistia, suas consequências e sua importância para a sociedade da época, a temática passa a ser compreendida e analisada a nível espiritual, visto que a anistia de fundo religioso seria de muito maior importância e significado para os evangélicos, do que a anistia de um poder político transitório e terreno.

Porém, a trajetória de apoio e de aproximação junto aos governos militares, leva a crer que a omissão dessa temática no OJB, dentro do contexto de um governo marcado pela repressão e pela perseguição política e num momento em que cresciam os movimentos oposicionistas, demonstra ser muito mais uma forma de apoio a esse governo e a exclusão dessa temática uma atitude proposital de não debater as questões que demonstravam o caráter autoritário do regime e suas violações aos diversos direitos.

Outro grande movimento que abalou os alicerces do regime ditatorial foram as greves ocorridas entre 1978 e 1980, com destaque para àquelas realizadas pelos metalúrgicos da região do ABC paulista. A primeira ocorreu em 1978, mas a que teve maior amplitude, tanto em números, como em repercussão na sociedade, foi a greve dos metalúrgicos de 1980, que durou quase dois meses e foi marcada pela forte repressão aos operários, chegando o governo a intervir nos sindicatos e a prender diversos líderes sindicais. No entanto, ela representou não só uma

9

greve operária, mas se transformou num movimento mais amplo que ganhou a simpatia, a solidariedade e o apoio direto de diversos setores da sociedade que se colocavam em oposição às atitudes do governo da época

Quanto às greves de 1978 e 1979, “O Jornal Batista” não deu nenhuma atenção a elas, e só com a de 1980 foi que o periódico se posicionou, com apenas um editorial sobre o assunto. Contudo, esse único editorial de onze de maio de 1980, intitulado “Braços Cruzados”, demonstra de forma bastante clara e significativa, qual era o posicionamento do OJB sobre a legalidade do governo, as demandas e as lutas dos trabalhadores e como deveria ser o posicionamento dos batistas frente a essas questões.

De início, o editor José dos Reis Pereira chama a atenção para a situação do país, o qual estaria passando por uma grave crise, sendo a greve dos metalúrgicos um de seus mais graves sintomas, e a respeito da posição do jornal frente a ela, o parágrafo abaixo é bastante esclarecedor:

A greve dos metalúrgicos é um desses assuntos que nos desafiam. As reivindicações dos operários contam, naturalmente, com a nossa simpatia. Mas, por outro lado, cremos nas leis existentes. Se estas estão atrasadas, há recursos para melhorá-las e atualizá-las. Mas enquanto elas existem devem ser respeitadas. Doutra maneira cairemos na anarquia. Assim, pois, quanto à greve, se um Tribunal a considerou ilegal, o jeito é retornar ao trabalho e lutar para que a lei, em que o Tribunal se fundamentou, seja modificada. É dessa maneira que funciona a democracia. (PEREIRA, 1980a: 3)

O que salta aos olhos nessa frase é que a greve dos metalúrgicos não é tratada a partir de suas reivindicações ou pela preocupação com os trabalhadores, mas sim, a partir do seu viés legalista. Esse aspecto é diversas vezes ressaltado, como no momento em que o editor prega o respeito às leis e apresenta o perigo do país cair na anarquia; quando conclui que se o tribunal considerou a greve ilegal os operários devem voltar imediatamente ao trabalho, e o que lhes resta é tentar mudar a lei que fundamentou essa decisão. Nisso, fica claro o posicionamento do jornal no apoio às atitudes tomadas pelos governos militares, porque não questiona a legitimidade do governo ditatorial, as leis que foram criadas e impostas por ele, inclusive as que não respeitavam o direito de expressão e de greve, e a própria autonomia do tribunal que declarou ilegal a greve, o qual se sabia ser controlado e manipulado pelos interesses do governo.

Ao invés disso, o OJB acata as decisões do governo e todo seu aparato repressor como sendo totalmente legítimo e ainda por cima democrático. Para isso, um argumento teológico

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

10

muito usado pelos membros desse grupo para fundamentar esse pensamento, era a utilização da tradição batista no que se refere ao respeito para com as autoridades constituídas, as quais a partir de uma leitura da Epístola de Paulo aos Romanos, as mesmas seriam instituídas e enviadas pelo próprio Deus.

Outro ponto a ser destacado, é que o máximo que as reivindicações e a luta dos trabalhadores mereceram receber do jornal foi uma menção de “simpatia”, ou seja, essa luta estaria muito longe de ser considerada justa, de receber o apoio ou ao menos a solidariedade do periódico. Percebe-se que a utilização da palavra simpatia não ocorreu por acaso, porque mais a frente o editorial passa a criticar a atitude tomada por parcela importante da Igreja Católica que apoiou diretamente os operários em greve e questionou publicamente as atitudes repressoras do governo para com a mesma, dizendo que: “Assim, os bispos católico-romanos estão se colocando acima dos poderes constitucionais existentes no país.” (PEREIRA, 1980a: 3).

Frente a essa situação, o editorialista recusa-se a elaborar qualquer tipo de pronunciamento sobre o assunto, com o argumento de que a situação era confusa e os batistas não tinham total conhecimento da questão para opinar plenamente sobre ela. Além disso, pondera que os batistas eram poucos e por isso não tinham força política ou forte representação na sociedade, apesar da denominação contar na época com mais de 500 mil fiéis e ser a maior igreja do protestantismo de missão no país.

Os posicionamentos e argumentos proferidos nesse editorial, além de discutir a questão grevista para com os membros da denominação batista, parecem ser de certa forma, uma resposta ao manifesto lançado e assinado por diversos líderes evangélicos, em 23 de abril de 1980. O manifesto intitulado “Evangélicos apóiam greve dos metalúrgicos e se solidarizam com a Igreja Católica de São Paulo”, reconhecia a greve dos metalúrgicos como justa e a entendia como fazendo parte de uma luta mais ampla de diversos setores da sociedade brasileira por uma sociedade mais justa. Colocava-se contra a violência e as prisões impostas aos operários e líderes sindicais e solidarizava-se com a luta dos trabalhadores e com “[...] as atitudes assumidas pela Igreja Católica, através do testemunho de seus bispos, sacerdotes e leigos que têm se posicionado publicamente ao lado dos trabalhadores na luta pelos seus legítimos direitos.” (CENTRO..., 1980:

11

40). Subscreviam o documento, pastores e leigos de diversas igrejas evangélicas, tais como: luteranos, congregacionais, presbiterianos, metodistas, dentre outras igrejas, mas nenhum batista.

Retomando o editorial do jornal batista, o seu autor pergunta o que mais o crente poderia fazer frente a essa situação. A resposta diz respeito a duas atitudes essenciais: a primeira seria a oração e a segunda o reforço na evangelização, argumentando que:

Convencidos de que só Jesus Cristo salva, preguemos essa mensagem com mais decisão, com mais ardor, com mais convicção. Não nos deixemos distrair por outros problemas. Vamos fazer dessa mensagem o fato principal, essencial, absorvente de nossas vidas. Um dos resultados será que o Senhor acompanhando nossa luta, vendo nosso amor, observando nossa preocupação, resolverá aqueles problemas que estão acima de nossa capacidade. (PEREIRA, 1980a: 3)

No excerto acima fica claro o posicionamento do jornal em defender a não atuação dos batistas nas questões sociais e no debate sobre a própria realidade, quando diz que eles não deveriam se distrair com outros problemas, visto que a preocupação com a evangelização além de ser o essencial na vida do cristão, teria que absorver todos os momentos, atitudes e forças dos membros desse grupo. Nessa perspectiva, Deus, vendo esse trabalho evangelizador, como “recompensa” resolveria os problemas para os quais os batistas não teriam condições e/ou capacidade em participar ou atuar na busca por soluções, tal como as greves.

Outro momento de grande mobilização política foi o movimento pelas Eleições Diretas, entre os anos de 1983 e 1984. O movimento pelas “Diretas Já” como ficou conhecido, era também uma forma de repúdio às atitudes tomadas pela ditadura e à sua abertura “lenta, gradual e segura”, defendendo que a escolha presidencial fosse feita a partir do voto direto, pois o estabelecido era a eleição por voto indireto através de um Colégio Eleitoral. A luta pelas diretas foi marcada por diversas entrevistas, artigos, manifestos, mas principalmente por gigantescas manifestações em várias partes do país, num movimento que reunia diferentes elementos e grupos da sociedade brasileira, tal como políticos de diversos partidos de oposição e até da base do governo, artistas, estudantes, empresários, sindicatos, entidades de classe, dentre muitos outros grupos, inclusive membros de diversas igrejas.

Em relação a esse movimento o OJB publicou dois artigos: um editorial do pastor José dos Reis Pereira, intitulado “Diretas ou Indiretas”, em dezembro de 1983; e o artigo “Diretas Já”, do também pastor J. J. Soares Filho, em maio de 1984; os quais discutem não só a temática das

12

eleições no Brasil, mas apresentam toda uma compreensão de como esse grupo batista dominante compreendia a política do período, relacionava-se com ela e com a própria sociedade brasileira.

Os dois artigos constataam a gigantesca força conquistada pelo movimento das Diretas Já, o qual “[...] é tão grande que nos parece um implacável rolo compressor.” (PEREIRA, 1983: 3) e reconhecem que a vontade da maioria do povo brasileiro era pelo estabelecimento de eleições diretas. Porém, fora essas duas constatações, os artigos fazem diversas restrições à campanha, aos seus possíveis resultados e apontam quais medidas deveriam ser tomadas para melhorar o país.

Primeiramente, os dois autores pontuam em diversas partes do texto um caráter anti-comunista ou anti-esquerdista, retomando a tradição anti-comunista que tinha sido fortalecida na denominação com o golpe de 1964. O artigo de Soares Filho destaca a presença no movimento de “políticos extremados” ou vinculados ao Partido Comunista do Brasil e ao Partido Comunista Brasileiro, os quais segundo ele defenderiam a instalação de liberdades democráticas, mas quando estes conquistassem o poder acabariam instalando uma ditadura. Da mesma forma, o editorial de Pereira ironiza a atuação de algumas pessoas de esquerda nessas manifestações, os quais bradavam por eleições diretas no Brasil, mas ao mesmo tempo eram apologistas do regime cubano de Fidel Castro, onde há mais de 20 anos não ocorria nenhum tipo de eleição.

Contudo, como dito acima, o movimento pelas “Diretas Já”, apesar de contar com o apoio de membros de partidos de esquerda, socialistas ou comunistas, englobava um leque muito grande e diferenciado de pessoas com orientações e posições políticas diferentes e até díspares. Assim, para descaracterizar a importância e a validade do movimento não bastava o argumento de que ele possuía elementos de esquerda ou comunistas em suas fileiras. Desse modo, os dois artigos começam a discutir a respeito do que seriam as eleições diretas e indiretas, sua relação com a história do Brasil e sua importância na melhoria dos problemas do país.

Os dois artigos enfatizam a questão de que ao longo do período republicano, o Brasil passou tanto por eleições diretas, como por indiretas. Eles também ressaltam que as eleições diretas muitas vezes teriam causado decepções; e Soares Filho destaca que muitos governos eleitos por votação direta antes de 1964, com políticos de diferentes partidos, trouxeram como resultado uma grande insatisfação ao povo, levando o país a uma inflação sem controle e “[...] o

13

custo de vida tornou-se sufocante, a anarquia estava atingindo índices alarmantes, quase que houve uma verdadeira revolução fratricida.” (SOARES FILHO, 1984: 8)

Partindo disso, os dois pastores concordam em um ponto: não seria o método de escolha que levaria à melhoria ou à transformação da sociedade brasileira, ou seja, as eleições diretas ou as indiretas e propõem de que forma essa mudança poderia acontecer.

Para Pereira, mais importante do que a forma de escolha, a qual poderia desembocar na eleição de um demagogo que impressionando as massas, quando eleito buscaria apenas o poder pelo poder, ele aponta como solução:

O de que precisamos é de um homem que realmente ame o Brasil, que esteja a par dos nossos problemas, que tenha a coragem de enfrentá-los e resolvê-los, que não tenha medo de se tornar impopular, que não tenha receio de poderosos e exploradores, que tenha inteligência para escolher auxiliares e assessores e que, mesmo sem ser um técnico em todas as esferas de atividade do Executivo, tenha percepção nítida de tudo de modo que nos momentos decisivos possa ter a última palavra e que essa palavra seja a palavra firme e acertada. (PEREIRA, 1984:3)

Dessa forma, o editorialista além de colocar a luta pelas diretas e todos os seus significados num segundo plano, defende uma total personalização da política, onde ideologias, correntes e partidos políticos, propostas de governo com seus diferentes e conflitantes interesses são simplesmente esquecidos e menosprezados e a solução estaria na figura de uma única pessoa, a qual com o poder fortemente centralizado, ou seja, sem praticamente nenhuma participação popular e até dos outros poderes republicanos, teria a percepção e a coragem para tomar as melhores decisões em relação ao destino do país.

Já Soares Filho vai além do posicionamento de Pereira, porque para ele a transformação do país não se daria com a escolha de um determinado político ou partido, mas somente de uma única maneira: pela busca de Deus, seja individualmente, na família ou em sociedade. Partindo disso, cita uma carta por ele escrita e endereçada ao então presidente Figueiredo, na qual diz, que apesar dos esforços feitos nos “[...] 15 anos de Revolução [...]” (SOARES FILHO, 1984: 8), pouco tinha conseguido no que diz respeito a um país melhor, livre de inflação, da dívida externa e com melhores condições de trabalho para o povo, devido principalmente a certas atitudes da própria população, que ao invés de buscar a Deus, o que se via era o vício em bebidas, cigarro, maconha, o sexo desenfreado e fora do casamento e o aumento de crimes e assaltos.

14

Soares Filho defende que o homem que busca a Deus por meio de Jesus Cristo, melhoraria sua família e conseqüentemente beneficiaria toda a sociedade, porque em sua linha de raciocínio um povo só seria feliz quando busca a Deus como Senhor, pois essa busca levaria a bons resultados na sociedade e até na economia. Assim, ele conclui reafirmando sobre as mudanças políticas no país e o movimento pelas Diretas Já:

Esse mesmo povo que quer diretas já ou os favoráveis às diretas como solução, é o mesmo povo que produz o maior carnaval do mundo com as suas misérias, é o que aos milhões joga na loteria esportiva cada semana, é o que se prostra diante de um ídolo feito pelas mãos dos homens e diz que é a Padroeira do Brasil, e é o povo dos terreiros de macumba.

Portanto, como esperar solução através de eleições diretas ou indiretas, numa situação dessas?

Terminando, reitero a mesma verdade dita várias vezes: Cristo no coração do homem foi, é e sempre será a solução! (SOARES FILHO, 1984: 8)

Na citação acima, fica claro o posicionamento do pastor batista, o qual não só desqualifica a luta e as movimentações de grande parte do povo brasileiro por mudanças, como também rejeita qualquer possibilidade de transformação política, num exemplo extremado daquilo que se chamou de “Igreja Espiritual”, que busca distanciar ao máximo a Igreja dos problemas sociais. E para fundamentar sua argumentação o religioso relaciona questões econômicas com atitudes e características morais, comportamentais e culturais, além de reprovar outras práticas religiosas ligadas ao catolicismo e às religiões de matriz africana; concluindo que a base do sucesso de uma sociedade estaria na relação causa-efeito entre os seus hábitos culturais-religiosos e seu progresso social, político e econômico.

Enquanto isso, a “lua de mel” entre batistas e militares, nesse momento representado pelo governo do general Figueiredo, passava por momentos de êxtase: além da apresentação sorridente na Capa do OJB do “novo presidente” e das costumeiras orações e cultos pela Semana da Pátria; em julho de 1980, Figueiredo e diversas autoridades civis-militares participaram de um culto batista em Brasília, em agradecimento à lei que igualava em termos previdenciários os ministros religiosos aos trabalhadores autônomos, sendo, segundo o OJB, o primeiro presidente brasileiro a participar de um culto num templo batista. Em agosto de 1982, o general-presidente e muitas outras autoridades também estiveram presentes no estádio do Maracanã durante a comemoração do programa televisivo “Reencontro”, capitaneado pelo pastor Nilson do Amaral Fanini, que havia

15

sido nesse período presidente e vice-presidente da CBB por diversas vezes, cuja relação foi coroada no ano seguinte com a concessão de um canal de televisão no Rio de Janeiro ao pastor.

Considerações Finais

A forma como o grupo dominante do “O Jornal Batista” relacionou-se com as questões tratadas por este trabalho, tais como a anistia, as greves do ABC e as “Diretas Já” mostra claramente que suas posições práticas estavam em forte contradição com os “princípios abstratos” citados como sendo balizadores dos próprios batistas no início deste artigo, como a oposição às ditaduras e a favor dos trabalhadores. No entanto, mais do que uma defesa da missão espiritual da Igreja ou uma omissão às temáticas políticas, o que se percebe é um apoio tácito às atitudes tomadas pelas autoridades, que no caso em questão era uma ditadura marcada pelo autoritarismo e pela repressão, e um total descolamento para com as necessidades e reivindicações que emergiram em diversos movimentos, seja através do aspecto legalista como tratou os grevistas de 1980 ou na tentativa de desqualificar de diversas maneiras o movimento pelas eleições diretas.

Esses fatos demonstram que a Convenção Batista Brasileira e o seu órgão oficial permaneceram firmes no apoio à ditadura civil-militar, mesmo no momento em que esta se encontrava numa intensa crise de legitimidade, como mostra os grandes movimentos pela redemocratização. E mais do que isso, enquanto em outras igrejas evangélicas surgiam grupos que se colocavam contrários ao governo ditatorial e a favor da democracia, o grupo batista que defendia uma maior discussão a respeito da questão social permaneceu silenciado nesse período e não conseguiu grande penetração na estrutura da CBB ou no próprio OJB.

Assim, num momento em que o país volta a discutir as responsabilidades com relação às violências cometidas no período ditatorial com a criação de diversas Comissões da Verdade, percebe-se claramente que, independentemente da participação direta ou não de religiosos ou igrejas nas violências praticadas durante o regime, a construção desse discurso de legitimidade da ditadura e sua defesa, tal como foi proferido pelo OJB nesse período, constituiu-se claramente como um dos pilares de sustentação de toda a estrutura autoritária e contribuiu de alguma forma para que a redemocratização do país sofresse tantas resistências e ocorresse de forma tão lenta.

Fontes

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI). **Aconteceu:** 1980 - ABC da greve, mai. 1980, p. 39-40.

ORDEM DOS MINISTROS BATISTAS DO BRASIL. Manifesto dos Ministros Batistas do Brasil. [1963] In: LESSA, Hécio da Silva. **Ação Social Cristã**. Guanabara. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/32351078/Acao-Social-Crista-Helcio-da-Silva-Lessa>. Acesso em: 01 jan. 2013.

PEREIRA, José dos Reis. Braços Cruzados. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 19, 11 mai. 1980. Editorial, p. 3. a

_____. A ilusão dos cristãos-marxistas. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 36, 07 set. 1980. Editorial, p. 3. b

_____. Diretas ou indiretas. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 51, 18 dez. 1983. Editorial, p. 3

SOARES FILHO, J. J. **O Jornal Batista**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 21, p. 8, 20 mai. 1984.

Referências Bibliográficas

AGUILERA, José Miguel Mendonza. **Um Povo Chamado Batista:** um jornal (OJB) a serviço da formação de uma mentalidade religiosa (1960-1985). 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1988.

ALMEIDA, Luciane Silva de. **“O comunismo é o ópio do povo”:** representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

AZEVEDO, Israel Belo de. **A celebração do indivíduo:** A formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba: UNIMEP; São Paulo: Exodus; 1996.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e golpe militar de 1964. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, n. 334, ano 26, p. 23-31, 2004.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

17

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Pendão Real; São Bernardo do Campo: ASTE, 1995.

SANTOS, Lyndon de Araújo. Protestantismo e modernidade: os usos e os sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina. **Projeto História**, São Paulo, n. 37, p. 179-194, dez. 2008.

_____. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; FILHO, Oswaldo Munteal (Orgs.). **A Ditadura em debate**: estado e sociedade nos anos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 151-182.

SOUZA, Edilson Soares de. **Diálogos (Re) Velados**: a trajetória e os discursos político-doutrinários dos batistas brasileiros. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.